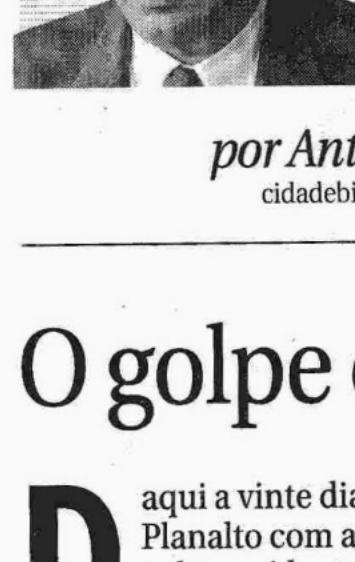


Economia - Brasil



BRASIL S/A

por Antônio Machado

cidadebiz@correio.com.br

O golpe de Lula

Daqui a vinte dias, quando voltarem ao Palácio do Planalto com a lista de propostas encomendadas pelo presidente para acelerar o crescimento econômico, sem comprometer a estabilidade, como Lula deixou bastante claro aos presentes, os ministros convocados para combinar o discurso entre eles, esvaziando crises alimentadas por ambições pessoais, e elaborar esta "agenda do desenvolvimento" vão estar mais calmos, se fizerem direito a tarefa. Ou ensandecidos.

O que soa bem nas entrevistas à imprensa e parece fácil, bastando alçunhar-se de "guerreiros do desenvolvimento" contra os "dragões do conservadorismo", perde a graça e o sabor de luta política do bem contra o mal quando se tem de cotejar a proposta, que muitas vezes é só um sonho ou delírio, com a viabilidade dos números, as restrições orçamentárias e os impedimentos políticos – exatamente como o presidente orientou. Ele quer sobre sua mesa só propostas viáveis, nos termos da política econômica atual, e defensáveis no Congresso. Também descartou os vodus econômicos que possam atiçar a inflação e descabelar os mercados financeiros.

Falou sério, como se espera do presidente, e habilmente desarmou este grupo de ministros aplicados em propor soluções fáceis para o crescimento, como sustentá-lo apenas na queda dos juros e esperar que tudo mais aconteça por passe de mágica, e calados, certamente por receio do que teriam de dizer, quanto às consequências. Ou até por nem sequer cogitá-las. O economista Amir Khair, que tem sido muito ouvido pelos ministros do menor esforço, argumenta que se a economia crescer 5% ao ano desaparece o déficit da Previdência e ainda sobraria dinheiro no orçamento para investir. Não há como discordar. Ele está certo. Mas, conta para nós: como crescer 5%?

Enquanto não forem dissecadas as causas da estagnação da economia não se irá a lugar algum. A primeira resposta é fácil: a economia só consegue oscilar em torno das taxas de 2,5% a 3,5% ao ano, com os picos e vales nessa direção de vinte e tantos anos como pontos fora da curva, porque se investe pouco no país, cerca de 17% a 20% do PIB ao ano, dos quais, nesse bolo, o investimento público cai a cada ano. Foi de 0,5% do PIB em 2005 e pode chegar a 0,7% este ano, apesar de muita incerteza. Dos R\$ 25,5 bilhões da dotação prevista no orçamento para esse fim, até 30 de outubro só haviam sido pagos R\$ 3,1 bilhões, 12% do total. Que pague só o que já se empenhou, R\$ 12,6 bilhões, e ainda representa uma merreca de 0,6% do PIB.

**PRESIDENTE
DESARMA
CONFLITO
ENTRE
MINISTROS AO
EXIGIR
PROPOSTAS
VIÁVEIS E
DESCARTAR
VODUS
ECONÔMICOS**

O que cria pobreza

Os números orçamentários contam parte do motivo de o investimento ser tão baixo no país: o governo arrecada impostos como um país da Europa, coisa de 38% a 39% do PIB este ano, gasta mais ainda, 42% do PIB por baixo, oferece serviços de qualidade mediocre e depois corre atrás do prejuízo, dada a inevitável pobreza que este modelo de gasto público acarreta, inchando programas sociais, como Bolsa Família, porque in-

capaz de criar os empregos necessários para que as medidas de transferência de renda aos pobres fossem marginais. Crescimento pífio e pobreza são frutos de decisões, não do acaso.

O Estado é o atraso

O governo gasta mal boa parte do que arrecada porque é vasto, não se limita ao federal, mas se desdobra em 27 estados, 5.561 municípios, todos com instâncias executivas e parlamentares. Cada estado tem seu judiciário e polícia. Imagine você com um policial na porta, um advogado em tempo integral, mais os serviços da casa e motorista. Quanto precisaria ganhar para sustentar este aparato? Assim estamos enquanto nação. Mas você não desperdiça, como também as empresas não queimam dinheiro. E por que elas investem pouco? Parte da resposta está nesse aparato oneroso do Estado, bancado pela carga tributária que o governo arrecada e não investe: gasta. No bolso do cidadão e no caixa da empresa, o ônus recai como custo. Que ou empobrece a ambos ou os impede de contratar a ampliação da riqueza: outro imóvel, num caso, nova fábrica, no outro.

É o país fazendão

Está aí porque o país vem se transformando num fazendão.

O que prospera é o que dá fácil e custa menos, como extraír minérios e colher alimentos. Mas até isso estão ficando onerosos pela falta de investimento público na modernização e ampliação de estradas, portos, fornecimento de energia. E também de garantias legais para o investimento. Só se sai

dessa armadilha com ajuste fiscal duro.

O prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, recém-chegado ao círculo de aconselhamento do presidente graças à justa fama de administrador bem avaliado, diz que rasga o diploma de economista se alguém provar que é possível a economia crescer 5% com taxa de juro real acima de 10%.

Ele não precisa pôr seus estudos em risco.

O diploma pode continuar pendurado na parede: o dia

em que sobrar dinheiro na tesouraria dos bancos — e isso vai acontecer quando o governo deixar de ser o maior tomador de dinheiro emprestado na praça —, os juros despenca-

rão como a maçã que caiu sobre a cabeça de Newton. São R\$ 973 bilhões de amortizações este ano, cerca de 48% do PIB,

que serão roladas, mais 8,7% do PIB, R\$ 179 bilhões, de juros

e encargos. Pagar, como se paga um sorvete, essa é uma dívida que nunca será paga. Mas tem de encolher em relação à

capacidade de pagamento do Tesouro, dada pela receita de

impostos, que, se também não diminuir, o investimento só

se viabilizará com subsídios de juros e de impostos, como o

governo já dá e quer dar mais. Sem fechar o ralo dos gastos

públicos, esqueçam os diplomas.